

CARTA DE GOIÂNIA

Os dirigentes de Extensão e Ação Comunitária- Pró- Reitores, diretores e/ou coordenadores das IES Comunitárias, reunidos entre os dias 27 a 29 de Outubro de 1999, na cidade de Goiânia (GO), durante a realização do "VI Encontro de Ação Comunitária e Extensão" promovido pela Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas-ABESC e Associação Brasileira das Universidades Comunitárias-ABRUC, buscando sistematizar as contribuições advindas dos Encontros anteriores e considerando:

- a vasta experiência extensionista de nossas instituições, acumulada ao longo das últimas décadas e pautada em compromissos éticos e de justiça social;
- a abrangência e a diversidade das atividades de extensão e ação comunitária desenvolvidas por estas IES comunitárias;
- as mudanças ocorridas na sociedade brasileira durante as últimas décadas e as repercussões deste processo no âmbito da política de ensino superior em nosso país;
- a condição comunitária de nossas IES, cujas características estão reconhecidas no texto constitucional de 1988;
- a expressiva participação e a relevância das IES comunitárias no âmbito do ensino superior no Brasil;
- caráter público destas instituições expresso em seus compromissos em defesa do interesse coletivo e nas suas finalidades não lucrativas;
- o atual momento político em que se define um "Plano Nacional de Extensão" em nosso país;

RESOLVEM:

1º) Reafirmar o compromisso das IES Comunitárias que aqui representam, com o processo de construção da cidadania, e de uma sociedade mais justa e mais humana;

2º) Instituir o "Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidade e das demais IES Comunitárias" visando:

- propiciar um espaço mais adequado e permanente de reflexão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão e ação comunitária desenvolvidas nestas instituições;
- estimular o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos e intercâmbio entre as instituições;

- permitir a maior participação de nossas instituições no processo de implementação da política de extensão universitária em âmbito nacional;
- garantir a necessária visibilidade das atividades de extensão e ação comunitária desenvolvidas pelas IES Comunitárias no âmbito de toda a sociedade brasileira;

Goiânia, 29 de outubro de 1999.

***A concepção de Extensão e Ação Comunitária
em debate: Proposta de Documento Base do Fórum de Extensão
das IES Comunitárias***

Apresentação

Este documento constitui um singular desafio para as Instituições de Ensino Superior Comunitárias no Brasil e envolve múltiplas possibilidades de análise e síntese dos assuntos tratados nos encontros e extensão e ação comunitária, realizados nos últimos seis anos.

Trata-se de um esforço teórico no sentido de buscar uma certa unicidade em relação a concepção e natureza da extensão e ação comunitária. Para além da questão teórica-metodológica a tradução destas categorias tem, também, um sentido político. Como a apreensão da concepção sobre extensão transita por uma análise que envolve a produção do conhecimento e a ação comunitária, contextualizar e balizar esta atividade tem sido um exercício pouco explicado, e, por isso mesmo, pouco divulgado.

A produção desse documento resulta da trajetória das IES Comunitárias com a finalidade de explicar estas questões.

No último encontro realizado em Curitiba, em março de 1999, elaborou-se um documento sobre a extensão e ação comunitária.

A estratégia utilizada para a produção deste documento considerou a compreensão que cada IES tinha sobre a extensão e suas atividades.

Tendo estes documentos como referência buscou-se a elaboração de uma síntese e estabeleceu-se os elementos analíticos que deveriam compor este documento.

Coube à Universidade Católica de Goiás, por meio da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis sistematizar o documento ora apresentado.

Na construção deste documento foram considerados seus objetivos, quais sejam, explicitar a concepção de extensão, que inclui a produção de conhecimento e ação comunitária, capaz de orientar as ações de extensão nestas instituições.

Foram analisados, também, os aspectos metodológicos ao buscar nos documentos das IES Comunitárias e nas sínteses elaboradas os conteúdos apontados como fundamentais.

Este documento foi discutido e aprovado no VI Encontro de Ação Comunitária e Extensão que ocorreu em outubro de 1999, em Goiânia.

A Extensão na Universidades Comunitárias

A extensão universitária no Brasil, em sua origem, constituiu-se de iniciativas de parcelas dos segmentos acadêmicos, buscando romper com a característica elitista do ensino superior na segunda década deste século que restringia o conceito de extensão, reduzindo-a a conferências abertas ao público.

Em 1931, o Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto nº 19.851, de 11/04/31) faz menção à extensão, concebendo-a, fundamentalmente, como realização de cursos e conferências que objetivavam a difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, à apresentação de soluções para os compromissos sociais e à propagação de idéias e princípios de interesse nacional. A extensão resumia-se a debates eventuais sobre temas políticos, sociais e econômicos.

Nas décadas de 40 e 50, apesar da ampliação das práticas de extensão, prevalece ainda a concepção político-acadêmica definida, em 1934, pela Universidade de São Paulo, qual seja: a extensão como instrumento de difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, popularização das ciências, das letras e das artes, por meio de minicursos, palestras, radiodifusão, filmes científicos e congêneres, dirigidos notadamente pelas classes hegemônicas.

As IES, hoje denominadas Comunitárias surgiram, em sua maioria entre as décadas de 40 a 60. Na sua trajetória essas instituições abrem-se às experiências de educação popular, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares e pelo envolvimento e compromisso de segmentos das Igrejas com a população pauperizada e excluída.

Esta característica fundante da extensão nessas instituições perpassa toda a sua trajetória e tem estado presente até a atualidade.

O início dos anos 60 é marcado pela mobilização popular com vistas a reformas sociais no Brasil e na América Latina. Este fato determinou mudanças qualitativas no caráter da extensão nas Universidades Comunitárias: emerge um movimento crítico em relação ao modelo de desenvolvimento do país, em oposição aos interesses das classes hegemônicas. Nesse contexto, o caráter da extensão transita do enfoque de difusão do conhecimento, por meio da popularização da ciência, segundo os interesses da elite da sociedade, para a forma de inserção da Universidade na realidade sócio-econômico-política e cultural do país, absorvendo as contradições cotidianas das relações sociais e contribuindo para a sua superação e transformação social.

Marcaram este período o compromisso da Igreja Católica com o social expresso nas Encíclicas de João XXIII e Paulo VI, bem como a reorganização do movimento estudantil, a ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), Juventude Universitária Católica (JUC), de Diretórios Acadêmicos e de algumas organizações políticas. Abrem-se debates sobre as reformas de base que culminaram com grandes manifestações públicas no período de João Goulart; afirma-se a concepção pedagógica de Paulo Freire inovadora e comprometida com as classes trabalhadoras; nascem as experiências do Movimento de Educação de Base e a organização sindical dos trabalhadores no campo e na cidade.

Assim, na década de 60 a interlocução dessas Instituições com o conjunto da sociedade organizada coloca a questão do ensino, pesquisa e extensão em um outro nível de exigência. Nesse momento as IES são chamadas a contribuir no sentido de apreender a realidade (ensino), investigando-a (pesquisa) e nela intervindo (extensão), em constante interação com a comunidade maior.

No entanto, a reforma universitária de 1968, contrapondo-se às experiências que emergiam da articulação entre universidades e sociedade, engendrou um rompimento com o caráter dialógico da extensão e da própria universidade, reduzindo-a a um componente de segurança nacional.

Com a hegemonia política calcada no poder militar, submetendo as IES brasileiras a um processo de coerção e persuasão, as classes dominantes buscaram implementar um projeto de sociedade voltado para o desenvolvimento do capitalismo, financiado pelo capital internacional

Por um lado, segmentos expressivos da comunidade docente e discente sofreram toda sorte de processos de repressão, prisões, torturas e perseguição político-ideológica. Por outro lado, foram criados canais de persuasão e adesão no meio da comunidade universitária, em torno da atuação militar expresso no projeto militar expresso no Projeto Rondon, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Por meio destas ações, entre outras, objetivou-se o controle político dos movimentos sociais e a integração nacional.

Naquele cenário político administrativo no Brasil, as IES tornaram-se um espaço de resistência ao regime militar, no transcorrer da década de 70. A extensão se transformou com isso, num instrumento significativo de reflexão, vinculado às necessidades e anseios da população.

Na mesma época o MEC realizou uma avaliação da extensão nas universidades federais e constatou que suas atividades encontravam-se distanciadas das atividades de ensino e pesquisa. Propôs, então, um plano de trabalho que redimensionava o conceito da extensão agora compreendida como meio através do qual a Universidade atende a outras instituições, bem como, à população e, por outro lado, retroalimentando o ensino e a pesquisa.

Dois processos contraditórios se desencadearam no interior das IES, em relação à extensão: um de fortalecimento dos movimentos sociais e populares, buscando desvendar as contradições geradoras das questões estruturais da sociedade; outro, de mascaramento da realidade, predominando a compreensão da extensão como prestação de serviços, embutindo nela o caráter manipulador e assistencialista.

Ao final da década de 70, um novo cenário político vai se delineando na sociedade brasileira. Emergem, como expressão de resistência, os movimentos sociais e populares e as universidades são chamadas a contribuir, ao mesmo tempo em que se sensibilizam com o nascente processo de redemocratização do país. Assim, novas alianças foram consolidadas, orientadas pelo princípio do compromisso da relação universidade - sociedade por meio da extensão.

Ainda nesta década, vários programas de extensão estruturam-se nas Universidades Comunitárias, superando o caráter apenas circunstancial na linha de eventos, seminários e cursos. Ao lado das discussões do cotidiano, os programas e projetos de extensão, com uma característica de atividades permanentes, vão dando feição às várias frentes de ação acadêmica imbuídas de inserção social, tais como: direitos humanos, educação popular, saúde, habitação popular, educação na terceira idade, assessoria aos movimentos populares em várias dimensões político-culturais e sociais.

A ratificação desse processo gera no organograma da Universidade Brasileira, notadamente das comunitárias o surgimento das Pró-reitorias e Vice-reitorias de Extensão.

A parceria entre universidade e sociedade contribuiu para o amadurecimento da extensão como prática acadêmica, que se articulava com o ensino e a pesquisa. A extensão, como mediação entre a universidade e as necessidades políticas, econômicas e sociais da população, torna-se espaço de prática de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios; cursos, seminários, fóruns e outros eventos; atividades de ação comunitária, bem como, prestação de serviços comprometidos com as questões sociais.

Neste processo, o conceito de prática acadêmica e da própria docência amplia-se para além do espaço reduzido das salas de aula. Na sua práxis o ensino, a pesquisa e a extensão buscam realizar-se não mais de maneira justaposta, mas interrelacionados nas diversas situações pedagógicas. A inserção nas questões sócio-político-econômicas passa a ser objeto de estudos e intervenção da extensão como projeto político-acadêmico das IES comunitárias.

Nesse processo, as universidades comunitárias, desde o início dos anos 90, reafirmam o seu caráter público não estatal:

“Não entendem a extensão “apenas” como uma prestação de serviços extra-muros, mas práticas em que o corpo universitário desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e assessoria, de modo a atingir um público mais vasto e proporcionar às comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida. Elas fazem da extensão uma característica determinante, que procura integrar e consolidar toda a sua atividade de ensino e pesquisa, de modo que ela esteja permanentemente em conexão com os setores produtivos e os diversos segmentos da comunidade regional, numa relação de intercâmbio e mútuo aperfeiçoamento, na qual a universidade se enriquece a si mesma em conhecimentos e sabedoria, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento de programas e projetos comunitários” (Morais, 1989)

Com esta compreensão, o perfil de uma IES Comunitária, pode ser reconhecido pelo caráter das atividades de extensão que realiza, de forma pró-ativa, na interação com a sociedade e em consonância com o seu projeto político-pedagógico.

Extensão e Ação Comunitária

A extensão somente pode ser apreendida face a uma determinada concepção de educação intrínseca a um projeto político-pedagógico. As Universidades Comunitárias caracterizam-se pelo compromisso com a produção de um saber socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis de saber, voltados ao atendimento dos interesses da maioria da população, buscando na valorização do estudo teórico-prático contribuir na construção para a cidadania sócio-política e econômica.

Assim, as exigências postas como princípios valorativos das universidades comunitárias, confirmando o caráter público que historicamente vem sendo construído, apontam para um projeto político-pedagógico fundado na verdade, como base da construção do conhecimento humano; na justiça, orientada pela busca da superação das atuais condições de desigualdade e exclusão e na construção da cidadania como conquista dos direitos sociais, políticos e econômicos; e na educação continuada, que apela para a extensão como elo de ligação entre a universidade e a sociedade.

A práxis da extensão, derivada desse projeto, é um locus privilegiado, capaz de desencadear processos pedagógicos criativos que possibilitam: a articulação teoria e prática; o estímulo à postura interdisciplinar; a elaboração de novas metodologias no processo de construção do conhecimento; o aprendizado da gestão coletiva sobre a prática social, o incremento à pesquisa no sentido de dar suporte científico necessário à produção do conhecimento e à apreensão crítica do real e a realimentação das políticas curriculares.

Nesses termos, a interface estabelecida entre a extensão e o ensino tem contribuído para o desenvolvimento de um processo pedagógico inovador, colocando exigências em trabalhar técnica e didaticamente a criatividade, a participação, a pluralidade, com metodologias e conteúdos diversificados quanto àqueles desenvolvidos em sala de aula.

Essas exigências incentivaram alunos e professores a se inserirem na realidade social, interferindo nas escolhas dos conteúdos das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, provocando indagações e elaboração de novos instrumentos teórico-práticos, propiciando, assim, o avanço pedagógico dos diversos cursos de formação, reformulando currículos, trabalhando metodologias e tecnologias, enfim, contribuindo para a reorganização da própria universidade.

Na relação que se estabelece com o projeto político-pedagógico, a pesquisa realizada via extensão é suscitada pela prática social, pelas demandas postas pela sociedade e devem estar crivadas pelo rigor científico e compromisso social.

Nessa mediação, os canais criados pela extensão são adequados para a divulgação e socialização dos conhecimentos produzidos pelas IES. Esses conhecimentos são construídos na dinamicidade das relações sociais, capazes de apreender as contradições e os conflitos da sociedade, contribuindo, assim, para a superação destas contradições, por meio da formulação e intervenção nas políticas públicas. Em síntese a relevância da extensão está contida na relação que ela estabelece com a pesquisa e com o ensino, como uma dimensão acadêmica que se caracteriza pela sua inserção na sociedade.

Compreendida nestes termos, a Universidade não busca um sentido em si mesma; sua referência é a sociedade e precisa, para tanto, estar alicerçada nas prioridades local, regional e nacional, contextualizadas e dimensionadas nas tendências e desafios da sociedade mundializada.

Essas prioridades emergem das necessidades derivadas das relações de produção e reprodução do homem em seu meio ambiente, em um determinado contexto histórico. A extensão, como instrumento de mediação, concretiza-se por meio da investigação e a intervenção frente a estas necessidades. Essa intervenção concretiza-se, também, na prestação de serviços, implementados a partir da perspectiva da ação comunitária.

A expressão de "Ação Comunitária" é utilizada para denominar ações de natureza diversa no âmbito das IES Comunitárias. Entretanto, a concepção predominante de ação comunitária é a expressão das necessidades sociais e da sensibilidade das Universidades, face às demandas sociais. Para além da prestação de serviços, a ação comunitária constitui-se, hoje, em mecanismo de conquista e garantia dos direitos sociais, contribuindo com a construção e ampliação da cidadania, na medida em que enfrenta questões sociais específicas, produzidas pela situação de exclusão, decorrentes do modelo de desenvolvimento sócio-econômico vigente em nosso país.

Nesse sentido, a ação comunitária desenvolvida pelas universidades não tem somente um valor no atendimento imediato às necessidades da população. A ação comunitária, como processo de intervenção, constitui-se em espaço de construção de tecnologias e metodologias sintonizadas com a prática social, fortalecendo a organização da sociedade numa perspectiva de transformação social.

Outra preocupação da ação comunitária nas IES é o atendimento das demandas sociais e culturais de sua população acadêmica. Esta ação constitui-se em instrumento de inserção social, pois contribui com o acesso e permanência de um segmento da população ao ensino superior, por meio de políticas sócio-educativas e culturais.

Nessa articulação ocorre a interação entre teoria e prática, possibilitando ao projeto político pedagógico das universidades galgar relevância face aos compromissos com a sociedade.

Segundo a LDB o ensino superior, entre outras finalidades, deve "promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônios da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação". Determina ainda que cabe à Universidade estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (Cap. IV, art. 43, incisos IV e VI).

Essa relação de reciprocidade, caracterizada como ação comunitária, indica a inserção das Universidades na realidade sócio-econômica, explicitando o caráter público do seu projeto político-pedagógico, à medida que tornam-se promotoras e executoras de ações sociais, antecedendo, complementando e, muitas vezes, superando na complexidade de suas atuações, a própria ação do Estado, mas nunca substituindo-o.

Refletir e debater a extensão e a ação comunitária nas Universidades neste momento significa, pois, retomar a historicidade dessa trajetória, daí extraíndo decisões em que a lucidez e a ousadia reafirmem a consciência crítica diante dos desafios do mundo atual.

Goiânia, 29 de outubro de 1999.

Referências Bibliográficas

LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO - LDB. Lei nº 9.394, de 20.12.96.

MORAIS, João Luís. Perfil das Universidades Comunitárias. Brasília, MEC/SESu, 1989.

UNIMEP. Política de Extensão da Universidade Metodista de Piracicaba. Editora UNIMEP, Piracicaba, SP, 1998.
UCG. Política Geral de Estágio e Extensão da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 1992.
Documento Base sobre Extensão (versão preliminar)- Paraná, 1999.
Documentos das Universidades Comunitárias sobre Extensão, 1999.

*FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS*

A EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA: Contribuição das Universidades e IES Comunitárias para um Plano Nacional de Extensão Recife, 11 de outubro de 2001

2

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

*FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS*

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	03
2. INTRODUÇÃO	03
2.1. Histórico da Extensão nas Universidades Brasileiras	03
2.2. O Conceito e o Papel Comunitário da Extensão.....	06
2.3. O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias.....	09
3. A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	11
3.1. Perfil	11
3.2. Princípios	12
3.3. Diretrizes	14

3

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

*FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS*

1. APRESENTAÇÃO

Este documento constitui-se na contribuição do **Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias** para a construção de um Plano Nacional de Extensão. As políticas apresentadas a seguir envolvem o perfil, os princípios e as diretrizes que resultaram da análise e síntese dos documentos elaborados pelas Câmaras Regionais do Fórum e das reflexões sistematizadas durante os encontros de Extensão e Ação Comunitária, realizados nos últimos seis anos. Trata-se, portanto, de um esforço no sentido de buscar uma unicidade em relação à concepção, ao perfil, aos princípios e às políticas nacionais de Extensão.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Histórico da Extensão nas Universidades Brasileiras

O Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto nº 19.851, de 11/04/31), no início da década de 30, fazia menção à Extensão, concebendo-a, fundamentalmente, como realização de cursos e conferências que objetivavam a difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, à apresentação de soluções para os compromissos sociais e à propagação de idéias e princípios de interesse nacional. A Extensão resumia-se a debates eventuais sobre temas políticos, sociais e econômicos. Nas décadas de 40 e 50, apesar da ampliação das práticas de Extensão, prevaleceu ainda a concepção político-acadêmica, definida, em 1934, pela Universidade de São Paulo, qual seja: a Extensão como instrumento de difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, de popularização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos reduzidos, palestras, radiodifusão, filmes científicos e congêneres, não dirigidos à totalidade da sociedade.

As Universidades e IES Comunitárias surgiram, em sua maioria, entre as décadas de 40 e 60. Na sua trajetória, essas instituições abrem-se às experiências de educação popular, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos

4

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

movimentos populares e pelo envolvimento e compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída.

O compromisso social surge como característica básica da Extensão nessas instituições e perpassa toda a sua trajetória. Nos dias atuais, demarca, conceitualmente, o universo da Extensão para as Universidades e IES Comunitárias.

O início dos anos 60 é marcado pela mobilização popular, objetivando reformas sociais no Brasil e na América Latina. Esse fato determinou mudanças qualitativas no caráter da Extensão, nas Universidades e IES Comunitárias: emerge um movimento crítico em relação ao modelo de desenvolvimento do país, em oposição aos interesses hegemônicos. Nesse contexto, o caráter da Extensão transita do enfoque de difusão do conhecimento, por meio da popularização da ciência, para a forma de inserção da Universidade na realidade socio-econômico-política

e cultural do país, absorvendo as contradições cotidianas das relações sociais e contribuindo para a sua superação e transformação social.

Ainda na década de 60, a interlocução das Universidades e IES

Comunitárias com o conjunto da sociedade organizada coloca a questão do ensino, da pesquisa e da Extensão em um complexo e comprometido nível de exigência.

Nesse momento, as IES são chamadas a contribuir no sentido de apreender a realidade (ensino), investigando-a (pesquisa) e nela intervindo (Extensão), em constante interação com a sociedade.

No entanto, a reforma universitária de 1968, contrapondo-se às experiências que emergiam da articulação entre universidades e sociedade, engendrou um rompimento com o caráter dialógico da Extensão e da própria universidade, reduzindo-a a um componente de segurança nacional.

Com a hegemonia política calcada no poder militar, submetendo as IES brasileiras a um processo de coerção e persuasão, as classes dominantes buscaram implementar um projeto de sociedade voltado para o desenvolvimento do

capitalismo, financiado pelo capital internacional.

Se, por um lado, segmentos expressivos da comunidade docente e discente sofreram toda sorte de processos de repressão, prisão, tortura e perseguição político-ideológica, por outro, foram criados canais de persuasão e adesão, no

5

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

***FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS***

meio da comunidade universitária em torno da atuação militar, expressos no Projeto Rondon, no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Por meio dessas ações, entre outras, objetivou-se o controle político dos movimentos sociais e da integração nacional. Nesse cenário político e administrativo do país, as IES tornaram-se um espaço de resistência ao regime militar ao longo de toda a década de 70. Com isso, a Extensão se transformou num instrumento significativo de reflexão, vinculado às necessidades e aos anseios da população.

Dois processos contraditórios se desencadearam no interior das IES, em relação à Extensão: um, de fortalecimento dos movimentos sociais e populares, buscando desvendar as contradições geradoras das questões estruturais da sociedade; outro, de mistificação da realidade, predominando a compreensão da Extensão como prestação de serviços, embutindo nela o caráter manipulador e assistencialista.

Ao final da década de 70, um novo cenário político vai se delineando na sociedade brasileira. Emergem, como expressão de resistência, os movimentos sociais e populares, e as universidades são chamadas a contribuir, ao mesmo tempo em que se sensibilizam com o nascente processo de redemocratização do país. Assim, novas alianças foram consolidadas, orientadas pelo princípio do compromisso da relação universidade-sociedade, mediadas por atividades e programas de Extensão.

Ainda nessa década, vários programas de Extensão estruturaram-se nas Universidades e IES Comunitárias, superando o caráter apenas circunstancial na linha de eventos, seminários e cursos. Ao lado das discussões do cotidiano, os programas e os projetos de Extensão, com características de atividades permanentes, vão dando feição às várias frentes de ação acadêmica com compromisso social, tais como: direitos humanos, educação popular, saúde, habitação popular, educação na terceira idade, assessoria aos movimentos populares em várias dimensões político-culturais e sociais. A ratificação desse processo gera no organograma da Universidade Brasileira, notadamente das comunitárias, o surgimento das Pró-reitorias e Vice-reitorias de Extensão e/ou de Assuntos Comunitários.

6

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

***FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS***

A parceria entre universidade e sociedade contribuiu para o amadurecimento da Extensão como prática acadêmica que se articula com o ensino e a pesquisa. A Extensão, como mediação entre a universidade e as necessidades políticas, econômicas e sociais da sociedade, torna-se o espaço de prática de estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios; cursos, seminários,

fóruns e eventos culturais; atividades de Ação Comunitária, bem como a prestação de serviços comprometidos com as questões sociais.

Nesse processo, o conceito de prática acadêmica, e da própria docência, amplia-se para além do espaço reduzido das salas de aula. Na sua práxis, o ensino, a pesquisa e a Extensão buscam realizar-se, não mais de maneira isolada, mas inter-relacionados nas diversas situações pedagógicas. O compromisso social passa a ser o objeto de estudos e de intervenção da Extensão como projeto político-acadêmico das IES comunitárias. Desse modo, as Universidades e IES Comunitárias, desde o início dos anos 90, reafirmam o seu caráter público nãoestatal,

com forte presença na comunidade.

Com essa compreensão, o perfil de Universidade e de IES Comunitária pode ser reconhecido, sobretudo, pelo caráter das atividades de Extensão que realiza, de forma pró-ativa, na interação com a sociedade e em consonância com o seu projeto político-pedagógico.

2.2 O Conceito e o Papel Comunitário da Extensão

A universidade, enquanto principal organização social ligada com a produção do conhecimento científico, é, também, o principal operador coletivo das relações entre ciência e sociedade. Compete à universidade criar as condições para que a comunidade científica possa refletir sobre os custos e os benefícios sociais que o progresso do conhecimento acarretou para as comunidades distantes do núcleo de produção do conhecimento. Com efeito, encontramos na Extensão a possibilidade de

multiplicar e disseminar a vida universitária na sua forma única de lidar e operar com o

conhecimento científico. A universidade talvez seja a única instituição nas sociedades

democráticas contemporâneas que pode adotar uma postura profundamente reflexiva e

transformadora sobre suas próprias atividades. A Extensão permite e torna possível a

7

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

inclusão da sociedade no processo reflexivo da universidade. Essa característica crucial do ambiente universitário deve pautar o desenvolvimento científico e fazer das

ciências, também, um saber comunitário, crítico de si mesmo.

O ponto de partida para a transformação da universidade encontra-se na adoção de abordagens hermenêuticas (que valorizam a diversidade de interpretações), ou dialógicas, que valorizam a integração dos saberes e a análise crítica da intervenção social de sua prática. E nesse sentido, isso é necessário para que a ciência não permaneça estranha, distante da vida cotidiana, e sim, familiar e próxima. O esforço hermenêutico da Extensão reside em criar condições culturais para que a ciência possa

atuar com integração social, mantendo o diálogo entre produção científica e contexto histórico/social. A proposta dialógica e hermenêutica consiste em priorizar a relação sujeito-outro, em detrimento da relação sujeito-objeto, ou a relação epistemológica e

seus excessos, vinculados a objetivos puramente técnicos que ignoram sistematicamente os contextos sociais e comunitários da produção científica. Contudo, observamos que a Extensão, assim como pesquisa, é um fenômeno recente. Mas, verificamos que essa integração é promissora, pois há possibilidade de associar a produção do conhecimento científico com os modos de intervenção social. A consequência pedagógica dessa articulação reside no fato de pautar a formação na graduação em bases contemporâneas, envolvendo integração política e dispositivos de prática científica com imersão sociocultural de conteúdos e práticas científicas. E assim, a formação do aluno na pesquisa como na Extensão adquire componentes de construção da ética e da participação política. A partir desse contexto, surge um “critério hermenêutico” de qualidade, ou seja, a positividade de um saber que reside na sua capacidade de intervenção e transformação da realidade. Do profissional em formação, por sua vez, se espera a aptidão de dialogar com a realidade, dominando seus elementos. Isso implica, necessariamente, uma aproximação da universidade com a sociedade, ou seja: a universidade deve aprender a aprender, e tomar como prioridade crítica à revisão do conceito tradicional de Extensão, que se exime da responsabilidade de desenvolver produção acadêmica, limitando-se a um universo de amplas perspectivas à mera prestação de serviços, ou à repetição de cursos e eventos. Essa crítica, em si mesma, pensa e admite uma mudança cultural

8
Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

***FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS***

radical dentro da universidade, afetando, de forma profunda, a própria definição do seu perfil.

De mais a mais, a universidade vem encontrando na atividade de Extensão a possibilidade de integrar a prática científica com um desdobramento sobre a realidade.

A chave para conduzir e dotar de coerência o trabalho universitário está na Extensão que atua como regulador interativo. E a ciência na universidade só sobreviverá se assumir plenamente a condição hermenêutica de democratizar seus setores de produção científica, mais especificamente, se aumentar sua capacidade de dar respostas na mesma medida em que aumenta sua capacidade de provocar questionamentos.

Contudo, a dificuldade de uma perspectiva amplamente democrática, e aí reside o grande desafio da universidade no quesito “ciência e universidade”, é encontrar meios coletivos capazes de questionar e discutir a atual reivindicação paradigmática dos modelos correntes em Extensão, sem transferir para uma burocracia esclarecida

o poder de decisão. Nesse contexto, a universidade pode dar um exemplo e criar um ambiente de permanente dinâmica de superação de modelos e perspectivas científicas,

incorporando em sua atividade e em seu cotidiano estruturas relacionais de gestão e disseminação do dado científico em rede.

O conceito de Extensão somente pode ser aprendido em face de uma determinada concepção de educação, intrínseca a um projeto político-pedagógico. As Universidades e IES Comunitárias caracterizam-se pelo compromisso com a produção de um saber socialmente justo, transformador, construído coletivamente, e historicamente preservado nos diversos níveis de saber, voltados para o atendimento dos interesses da maioria da população, buscando aí a valorização do estudo teórico-prático.

Assim, as exigências postas como princípios valorativos das Universidades e IES Comunitárias, confirmando o caráter público que historicamente vem sendo construído, apontam para um projeto político-pedagógico fundado na liberdade e justiça social, como base para a construção do conhecimento humano: na justiça, orientada pela busca da superação das atuais condições de desigualdade e exclusão; na construção da cidadania, como conquista dos direitos sociais, políticos e econômicos; e na educação continuada, que apela para a Extensão como elo

9

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

entre a universidade e a sociedade. Nesses termos, a interface estabelecida entre a Extensão e o ensino tem contribuído para o desenvolvimento de um processo pedagógico inovador.

A Extensão não se reduz à apresentação de informações teóricas organizadas e assimiladas apenas, mas pretende ajudar o educando a crescer intimamente como sujeito, construir e representar seu projeto de vida, seus valores, suas expectativas, proporcionar subsídios para refletir profundamente a realidade, para discernir entre justo e injusto, para estabelecer princípios e valores morais para a natureza humana e para que os direitos fundamentais da pessoa sejam respeitados e assegurados.

As atividades de Extensão visam à criação, à preservação e à dinamização da cultura, tendo em vista, porém, que criar uma nova cultura não significa fazer apenas, individualmente, descobrimentos originais, mas, e especialmente, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, convertê-las em base de ações vitais.

A Universidade e as IES Comunitárias buscam, também por meio da Extensão, mudanças e/ou soluções dos problemas regionais e nacionais, capacitando recursos humanos da comunidade para participação, com consciência crítica, no desenvolvimento da própria Universidade, das IES Comunitárias e da sociedade a que pertencem. A Extensão não se limitará a um conjunto de ações, mas será entendida como uma estratégia ou política institucional que baliza todas e cada uma das suas ações institucionais.

2.3 O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias foi criado na cidade de Goiânia, com o apoio da ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) e da ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas), em outubro de 1999, com as seguintes finalidades:

***FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS***

- * analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões de Extensão e Ação Comunitária de interesse de seus membros;
- * buscar o diálogo com órgãos governamentais, instituições e setores organizados da sociedade, visando à composição de ações e atividades comunitárias em conjunto;
- * estimular o desenvolvimento de programas e projetos de trabalho conjunto entre as instituições que o constituem;
- * divulgar as atividades de Extensão e Ação Comunitária, realizadas por essas instituições no âmbito da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a criação deste Fórum vem contemplar um espaço permanente de reflexão, troca, acompanhamento e avaliação das práticas de Extensão, desenvolvidas em âmbito nacional. O Fórum já vem possibilitando um maior intercâmbio, no sentido de consolidar uma cultura de Extensão desenvolvida pelas instituições comunitárias, especialmente as atividades voltadas para a eliminação de pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de soluções aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade. Vivemos um rico momento de institucionalização das práticas de Extensão nas Universidades e IES Comunitárias e as diretrizes aqui abordadas, são um primeiro produto formal do encontro de instituições que compartilham propósitos muito semelhantes na área de Extensão.

De fato, essas Universidades e IES possuem tradição e atuação consagradas no âmbito da Extensão, o que lhes permite abrir um espaço de apresentação, discussão e compatibilização de seu fazer com o do poder público, com o de outras instituições universitárias e como o da sociedade, contribuindo decisivamente com um plano nacional que espelhará, verdadeiramente, a Extensão da universidade brasileira.

***FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS***

3. A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

3.1. Perfil

No âmbito das Universidades e IES Comunitárias, o perfil da Extensão visa à formação humana como eixo central do conhecimento científico, com o objetivo de preparar profissionais cidadãos, competentes, éticos, conscientes e comprometidos com os ideais de justiça social e solidariedade.

Assim, o perfil da Extensão nas Universidades e IES Comunitárias deve contemplar:

1. a integração entre as diversas áreas de conhecimento, na investigação da verdade, na busca de soluções dos problemas coletivos, na construção da dignidade da vida e na difusão dos valores universais;
2. a participação da população na produção e socialização do

conhecimento, com vistas ao diálogo entre a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica na instituição e na comunidade;

3. a busca da sua inclusão na construção do Projeto Pedagógico das Universidades e IES Comunitárias;

4. a interação das Universidades e IES Comunitárias com a sociedade, emergindo do contexto histórico, social, cultural e tecnológico da região, do país e do mundo, procurando resposta efetiva às demandas dos seus diversos segmentos, notadamente aqueles mais excluídos, visando à transformação social;

5. a caracterização da interação como forma de ser e não somente de agir, pois ao tempo em que critica a forma tradicional de ser da Universidade, propõe uma alternativa de ação transformadora, que se explicita na vitalidade de seu ser-fazer-conviver específico e na partilha com o meio cultural no qual se encontra;

6. a compreensão do desenvolvimento sustentado a partir de um processo socialmente ético e justo, ecologicamente responsável, economicamente

12

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

includente, politicamente consciente, tendo as Universidades e IES Comunitárias como fator de sustentabilidade das comunidades;

7. a avaliação permanente das práticas de Extensão existentes, para que possam adequar-se às atuais necessidades, sempre privilegiando o reconhecimento de novas demandas.

3.2 Princípios

As Universidades e as IES Comunitárias caracterizam-se por desenvolver projetos/atividades de Extensão que se realizam, prioritariamente, através de ações coerentes com as demandas e necessidades da comunidade, e estas, por sua vez, são a força que inspiram o ensino e a pesquisa. A fim de garantir uma inserção cultural para viabilizar essa proposta, apresentamos os seguintes princípios:

1. As políticas de Extensão fundamentar-se-ão numa concepção de universidade compreendida pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da Extensão.

2. Na sua interface com o ensino, a Extensão deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática do conhecimento e, na sua interface com a pesquisa, responder cientificamente às demandas suscitadas pela comunidade.

3. A Extensão, comprometida com a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e humanista, reforça o compromisso social da universidade em promover o acesso da sociedade ao conhecimento de que dispõe e produz.

4. Por meio da Extensão deve-se procurar evidenciar aos poderes públicos as necessidades regionais e locais, acionando a participação de agências estatais de fomento, com o objetivo de atuar conjuntamente com os governos nos processos de construção e transformação do país e da sociedade.

13

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

5. A Extensão compreende iniciativas de educação continuada, prestação de serviços e Ação Comunitária como princípios inerentes aos processos de ensino e de pesquisa, promovendo a parceria entre Universidades, IES e Comunidade.
6. As atividades de Extensão constituem-se como práticas reflexivas de Ação Comunitária, questionando-se sempre sobre a relevância social de suas funções, combinando o máximo de qualidade acadêmica e científica com o máximo de compromisso social.
7. A Extensão deve privilegiar projetos de ensino e pesquisa que impliquem relações multi, inter e transdisciplinares na produção e na disseminação do conhecimento científico.
8. A Extensão, como espaço de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, reconhece nesta última uma fonte de conhecimento significativo, naturalmente qualificado para o diálogo com o conhecimento científico.
9. Constitui-se como função privilegiada da Extensão o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, apontando para práticas coletivas que sejam integrais na sua relação pessoal, mobilizadoras nas suas opções ética e cidadã e comprometidas com suas ações políticas e sociais.
10. As ações de Extensão valorizam as potencialidades e as peculiaridades de cada universo social em que se inserem, compartilhando o desenvolvimento cultural, biopsicossocial, ecológico e histórico de cada contexto que pretendem alcançar.
11. A Extensão atua articulando o local e o global na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
12. Na comunidade, a Extensão favorece o exercício da cidadania e a participação crítica, fortalecendo as políticas que assegurem os direitos do homem, bem

14

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

como a construção de processos democráticos geradores de equidade social e equilíbrio ambiental.

13. A Extensão constitui-se como lugar privilegiado da relação de reciprocidade entre universidade e sociedade, caracterizando-se pelo caráter público dos projetos pedagógicos que implementa, com base em princípios éticos e nos ideais de solidariedade.
14. A Extensão não pode ser vista unicamente como simples executora de tarefas isoladas, mas como um espaço de sociabilidade no qual a comunidade acadêmica constitui um modo de civilidade ímpar, que tem na liberdade e na solidariedade seus fundamentos.
15. A Extensão é pautada pelo princípio de que, qualquer que seja a opção epistemológica sobre “o que a ciência faz”, a reflexão sobre “a ciência que se faz” não pode escapar à crítica comunitária e às prioridades dos valores sociais, segundo os modos de significação das comunidades.

3.3 Diretrizes

A Extensão é concebida, fundamentalmente, como a própria presença da Instituição na comunidade e, nessa interação, os problemas e fenômenos se manifestam em toda a sua autenticidade. A Extensão é uma das atividades-fim da universidade que melhor permite compreender a realidade social e a conseqüente atualização das suas práticas de ensino e pesquisa, bem como o caminho para que

a universidade viva em plenitude seu destino dentro da comunidade. As políticas de Extensão representam opções históricas em determinados espaços, apontando para a sua função, seus objetivos e suas ações, implementando o projeto político pedagógico das IES.

15

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

Na perspectiva proposta para a política de Extensão, são apresentadas as seguintes diretrizes:

1. Efetivar a Extensão como prática acadêmica dialógica, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa, para dar respostas eficazes às demandas da sociedade.
2. Tornar as instituições de educação superior, enquanto espaço de geração e disseminação do conhecimento, parceiras de mudança junto aos segmentos sociais e culturais.
3. Estabelecer instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política e a gestão da Extensão no âmbito de cada instituição de ensino superior.
4. Definir eixos temáticos, de acordo com a realidade regional, para a Extensão das Instituições de Ensino Superior, referenciando-se, primordialmente, nos compromissos de erradicação da pobreza e da sustentabilidade socioambiental.
5. Incentivar o trabalho voluntário como ponto de intersecção com a Extensão, visando ao desenvolvimento de aptidões que contribuirão para a formação do indivíduo e para o diálogo com outros atores sociais.
6. Criar programas de bolsas e incentivos junto aos órgãos de fomento nacionais e estaduais para alunos de cursos de mestrado e doutorado, cujos projetos de dissertação e tese permitam a produção de conhecimento sobre as atividades de Extensão, sua orientação e sobre beneficiados diretos e indiretos.
7. Contemplar atividades de Extensão nos projetos pedagógicos dos cursos articulados com o ensino e a pesquisa.

16

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

8. Instituir programas e mecanismos de fomento para as atividades de Extensão, respondendo ao compromisso com a realidade regional e buscando trazer o sentimento humanista para o interior das IES.
9. Apoiar e incrementar a participação dos acadêmicos nas atividades de Extensão, através de programas com previsão de recursos para custeio de bolsas e/ou de outra modalidade de incentivo.
10. Consolidar o processo de avaliação da Extensão e Ação Comunitária no âmbito de cada instituição, qualificando essa prática acadêmica.
11. Criar um sistema de informações sobre e para a Extensão no âmbito das Instituições de Ensino Superior, como forma de viabilizar o intercâmbio e a socialização das experiências, bem como de implementar programas de Extensão interinstitucionais, em redes e parcerias.
12. Estabelecer parcerias com a comunidade e valorizar programas interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade nacional e

internacional.

13. Criar programas de atualização e qualificação profissional, em parceria com entidades e órgãos regionais, consolidando a educação continuada.

14. Investir em programas e ações, contemplando todos os segmentos e as categorias da população em suas diferentes demandas.

15. Tornar o **Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias**, em âmbito nacional, regional e local, um instrumento de debate e de intervenção nas políticas sociais e culturais, buscando articulações com as instâncias do governo e da sociedade.

17

Home Page – <http://www.unimep.br/extensao-comunitarias>

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

16. Criar paradigmas, metodologias e tecnologias sociais, a partir de um processo educativo e participativo, com efeito multiplicador no âmbito de cada IES e que enseje a proposição de políticas mais abrangentes.

17. Consolidar metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da Extensão, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.

18. Fazer do planejamento, do acompanhamento e da avaliação uma dinâmica significativa de interação entre a universidade e a sociedade.

Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias.

Recife, 11 de outubro de 2001.

CARTA DE JOÃO PESSOA

Os participantes do I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, abrangendo todos os segmentos de ensino superior do Brasil, reunidos na cidade de João Pessoa – PB, nos dias 09 a 12 de novembro de 2002 manifestam ao Governo Federal recém-eleito que:

1. Reconhecem a existência, na sociedade brasileira, de expectativas muito fortes de mudança, bem como em todas as camadas sociais, de uma enorme disposição para participar da construção de um novo projeto de país.
2. As Universidades se dispõem, enfaticamente, a integrar esse movimento de mudança, reafirmando o seu compromisso social, no sentido da construção de um país igualitário e justo.
3. Reafirmam o conceito de extensão como o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento
4. Em face disto, propõem, ao futuro Governo:
 - Criação, na estrutura do MEC, de um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão, que articule os diferentes segmentos do ensino superior na formulação de uma Política Nacional de Extensão Universitária;
 - Criação e implementação de mecanismos institucionais de financiamento da Política Nacional de Extensão Universitária nas agências de fomento e em outras instâncias;
 - Adoção do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como base para elaboração de políticas para o ensino superior;

- Integração das Universidades Brasileiras como parceiras nesse processo de mudança social.

Finalmente, reafirmam o seu compromisso em participar ativamente do processo de construção de um país livre de desigualdades, de misérias e de exclusões sociais. Para tanto, adotam posição intransigente no sentido de defender a educação superior como um bem social, indispensável ao desenvolvimento do país e ao bem-estar do seu povo.

João Pessoa, 12 de novembro de 2002

CARTA DE FLORIANÓPOLIS A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: UM DESAFIO PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA

INTRODUÇÃO

1. O Fórum das IES Comunitárias tornou-se um espaço privilegiado para a reflexão e a construção das questões relativas à extensão no Brasil. Como tal, objetiva analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à extensão e à ação comunitária de interesse de seus membros e, ainda, buscar o entendimento com órgãos governamentais e instituições da sociedade e com organismos de representação universitária.
2. A elaboração do documento ***A Extensão e Ação Comunitária: Contribuição das Universidades e IES Comunitárias para um Plano Nacional de Extensão*** (FÓRUM, 2001a) na III Assembléia, cumpriu uma etapa no processo de construção do Fórum e, ao mesmo tempo, demonstrou que ainda há muito a fazer em vista da consecução de seus objetivos. Na mesma Assembléia, viu-se a necessidade de se construir instrumentos para a gestão e a avaliação da extensão, explicitando a consciência de que a identidade é, sobretudo, um projeto a ser construído coletivamente. Tal tarefa tornou-se uma deliberação oficial do Fórum a ser encaminhada pela sua Coordenação Nacional. Esta, por sua vez, constituiu uma Comissão Nacional de Redação (CNR), incumbindo-a do trabalho
3. Ao reunir-se em maio passado, na Universidade Metodista de Piracicaba-SP, a CNR, formada por representantes das Câmaras Regionais, defrontou-se com a tarefa de apresentar um texto de estudo e de reflexão sobre o tema. Um documento sobre gestão e avaliação, independentemente da área em questão, precisa considerar a amplitude da estrutura acadêmica e, ao mesmo tempo, as implicações que possui sobre o seu funcionamento. Relativo à extensão em particular, isto significa o envolvimento de todos os setores da universidade, pois, como indica o documento supracitado, a extensão deve ser entendida como uma estratégia ou política institucional que baliza todas e cada uma das ações da IES, de maneira que ela não pode ser gerida ou avaliada sem envolver as dimensões do ensino, da administração e da pesquisa, tendo como interlocutores diretos seus responsáveis na instituição. Algo diferente disso poderá acarretar prejuízos irreparáveis à concepção da extensão como processo integrado e dimensão visceralmente presente em todas as atividades que se colocam como meio e como fim do ser e do agir universitários.
4. É preciso ressaltar, ainda, que o envolvimento aqui tem o sentido explícito de compromisso, capaz de ser traduzido em co-responsabilidade, parceria, ação conjunta, partilha nas decisões, encaminhamentos operacionais, enfim, em todos os procedimentos primordiais na construção da identidade institucional. Só com este nível de interação das várias dimensões da instituição e dos seus respectivos agentes, pode-se garantir que a extensão será gerida e avaliada com a importância que lhe é devida e que suas "políticas fundamentar-se-ão numa concepção de universidade compreendida pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão" (FÓRUM, 2001a).
5. Essa compreensão é fruto do próprio conceito de extensão que se está construindo. Com efeito, falar hoje em gestão e avaliação da extensão indissociada do ensino e da pesquisa, é

- falar da produção do conhecimento, do processo pedagógico que envolve a formação dos alunos e da dinâmica organizacional das IES Comunitárias, assim como de sua relação com a sociedade, o mercado e o Estado. Trata-se, portanto, de um diálogo da comunidade acadêmica que possa se realizar num envolvimento crescente das estruturas e dos sujeitos responsáveis pela construção da universidade.
6. Considerando tal pressuposto, compreendeu-se ser mais apropriada a elaboração de um documento de caráter mais provocativo que propositivo, objetivando tornar-se o primeiro passo para o diálogo intra e interinstitucional em torno do tema. Para tanto, viu-se na problematização da relação entre a gestão e a avaliação da extensão e os aspectos acima citados, um bom começo. A esta problematização se procurou juntar outra contribuição, sugerindo-se princípios que possam orientar tal diálogo e apontando-se as perspectivas que ele pode gerar.

A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO E SUAS CORRELAÇÕES NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

1. A extensão como processo acadêmico está, de fato, organicamente vinculada à produção do conhecimento filosófico, científico e tecnológico, por meio de uma relação mútua de interdeterminação e interdependência, “pois o trabalho acadêmico [é] como um processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção até a sistematização do conhecimento e a transmissão dos resultados” (RENEX, 2002a). Os critérios e os procedimentos epistemológicos da pesquisa incidem diretamente na vinculação desta com o processo de sua comunicação à sociedade. A produção do conhecimento com base numa perspectiva filosófica positivista, por exemplo, acarretará sempre mais riscos de prescindir da sociedade como interlocutora ativa. Por sua vez, tal interlocução, numa perspectiva metodológica que traga como pressuposto e fim a realidade sociocultural em toda sua amplitude, terá na extensão não apenas um apoio, mas também um fator organicamente integrado em seu processo, reconhecendo nela “uma fonte de conhecimento significativo, naturalmente qualificado para o diálogo com o conhecimento científico” (FÓRUM, 2001a). E isto tem repercussão direta na gestão e na avaliação da extensão, denotando-lhes mais, ou menos, importância; incluindo-as, ou não, como critérios de efetividade e de eficiência para a pesquisa.
2. A teoria e a prática pedagógica denotam a relação direta que os professores (e, por conseguinte, a instituição) possuem com o conhecimento. Uma prática pedagógica produtivista ou marcadamente teórica revelará uma relação distanciada com a produção do conhecimento e seus critérios de coerência e destinação, tendendo para a concepção da extensão definida por atividades pontuais e assistenciais, que se concentram mais em procedimentos quantitativos que qualitativos. Ao contrário, a prática pedagógica que considera o educando como sujeito e vê na relação ensino-aprendizagem um espaço pertinente e necessário para a produção do conhecimento, incluirá, obrigatoriamente, a extensão na sua concepção de ação que busca a integração com a sociedade, para a superação de injustiças e efetivação de princípios éticos. Assim, tratar da gestão e avaliação da extensão implica, necessariamente, a discussão em torno da teoria educacional, da prática pedagógica e do cotidiano na vida acadêmica
3. A gestão e a avaliação da extensão precisam considerar a organização institucional, porque são procedimentos relativos a decisões e execuções de opções estratégicas e planificação operacional, as quais envolvem toda a instituição, alcançando a sua própria dinâmica organizacional. Nelas estarão implicadas, por exemplo, as decisões sobre prioridades na aplicação dos talentos humanos e recursos materiais, assim como os critérios que definirão a qualidade dos resultados. Ademais, a avaliação da extensão é parte integrante do complexo processo de avaliação institucional, o qual indica “caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão social” (RENEX, 2002a). Dessa maneira se estabelece mútua implicação entre os sujeitos, inibindo decisões de caráter apenas administrativo.
4. A relação institucional com a sociedade é algo que diz respeito ao conjunto da comunidade acadêmica, incluindo sua dimensão de pesquisa e de ensino. Ao definir objetivos, metas e instrumentos para tal relação, a instituição estará definindo sua própria identidade, através do

- grau de autonomia que irá estabelecer diante de pressões e demandas do mercado, do grau de compromisso com as questões sociais e do nível de interação com o seu entorno. Assim, a gestão e a avaliação da extensão necessitam ser construídas com a participação de todos os sujeitos da comunidade acadêmica, uma vez que têm seu eixo na relação com a sociedade e a caracterização da identidade da própria instituição nas suas definições.
5. A gestão e a avaliação da extensão têm implicação direta na relação entre a instituição e o mercado. Ao mesmo tempo em que isto pode significar um incômodo para os que vêem na extensão um referencial ético para a Universidade – afinal, sabemos que o conhecimento não pode ser reduzido a mercadoria – pode também ser a oportunidade para a definição de limites de um fenômeno que há muito se faz presente no meio acadêmico: a pressão exagerada do mercado sobre a atividade de pesquisa e de ensino. Como setor que se organiza segundo uma lógica própria e diferente da lógica universitária, o mercado vem exigindo intensa dedicação e quase exclusividade desta, seja em termos da produção de conhecimentos, seja em termos da formação dos estudantes. Sendo instituições cuja natureza traz consigo a ambigüidade de serem privadas e públicas ao mesmo tempo, as IES Comunitárias não podem deixar de enfrentar tal diálogo. Elas possuem uma dependência real do mercado, já que necessitam de receita, a qual tem suas fontes primárias nele. Por outro lado, elas não podem entrar num processo de dependência total e correr o risco de perder sua identidade pública. Precisam sim, construir sua autonomia, evitando colocar-se a serviço de um único segmento social. Em meio a tal ambigüidade, as instituições comunitárias precisarão considerar tal diálogo como ponto de pauta constante para indicar suas possibilidades e definir seus limites, como, por exemplo, no que se refere aos critérios para a prestação de serviços a empresas, o desenvolvimento de pesquisas em parceria e, até mesmo, a realização de estágios. Visto desse modo, o diálogo com o mercado tende a tornar-se assunto para todos os segmentos e atores da comunidade acadêmica.
 6. A relação com o Estado, no seu papel de agente regulador do Sistema de Ensino Superior, impõe às instituições determinado padrão de organização e de funcionamento . Nesta relação, encontram-se implicadas as definições relativas aos currículos, às linhas de pesquisa, à construção de infra-estrutura, à formação de professores, à elaboração de instrumentos de avaliação institucional e às atividades de extensão, esta última institucionalizada na Constituição de 1988 e incluída no Plano Nacional de Educação . Daí que a gestão e a avaliação da extensão encontram-se diretamente implicadas na relação com o Estado, seja no que tange à sua conformação com as exigências postas pelas políticas públicas para o setor, seja em relação aos questionamentos e reivindicações das instituições junto ao Estado.
 7. Com tal alcance e complexidade, é imprescindível que haja um amplo processo de diálogo entre todos os setores e agentes acadêmicos envolvidos na gestão e na avaliação da extensão. Do contrário, tender-se-á ao risco de ela ser tratada como um setor ou uma tarefa à parte, que chegue mesmo a se eximir da responsabilidade para com o desenvolvimento da produção acadêmica, tendendo a passar de um universo com amplas perspectivas para a mera prestação de serviços ou repetição de cursos e eventos, cujos objetivos esgotam-se em si mesmos. Portanto, é preciso estar atento para que a extensão supere qualquer perigo de reducionismo, afirmando-se como processo inerente à aprendizagem.

PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS

1. Para que tal diálogo se efetive, pressupõem-se princípios e perspectivas que possam orientá-lo, servir-lhe de parâmetros. Com o intuito de contribuir para o incremento deste processo dialógico, adiantam-se aqui sugestões de princípios e indicações das conseqüentes perspectivas que podem ser vislumbradas.
2. Em primeiro lugar, apresenta-se a certeza de que a gestão e a avaliação da extensão, conduzidas por tal processo dialógico, fundamenta-se no princípio da auto-reflexão, necessária, inclusive, para o acompanhamento da própria evolução da identidade universitária. Este processo caracterizado pelo “aprender-fazendo” possibilitará, por exemplo, a reaprendizagem da idéia de universidade, garantindo a autocrítica e a construção do novo, com base em conceitos que pressuponham a fidelidade à identidade matricial das instituições. Como perspectiva apresenta-se a busca da superação da dicotomia entre o

administrativo e o pedagógico que tem marcado as Instituições de Ensino Superior. Na verdade, busca-se “a institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico” (RENEX 2002b), fazendo com que o projeto pedagógico, que inclui a extensão, seja a base para a gestão institucional.

3. O diálogo em torno da gestão e da avaliação da extensão precisa ter como princípio a institucionalidade, de maneira que, sem perder o caráter de espontaneidade – que todo e verdadeiro diálogo precisa trazer consigo – se possa ganhar em efetividade. Para tanto, a formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional é a oportunidade que vai lhe conferir a perspectiva da autonomia universitária e da objetiva inserção da extensão universitária na estrutura organizacional da instituição. Tal procedimento pode, inclusive, tornar todo o processo de planificação mais colegiado, evitando-se a criação de “guetos” ou “feudos” autocráticos. Isso, contudo, não deve ser considerado como uma negação à necessária autonomia de cada segmento na qualidade de unidade de gestão.
4. Seguindo o mesmo princípio de institucionalidade e considerando que “o conceito de extensão somente pode ser aprendido em face de uma determinada concepção de educação, intrínseca a um projeto político-pedagógico” (FÓRUM, 2001a), torna-se de fundamental importância que a gestão e o processo avaliativo da extensão estejam presentes desde as origens da formulação de tal projeto (FORGRAD, 2002). Sendo espaço e instrumento definidor dos fundamentos epistemológicos e da concepção pedagógica, encontra-se como perspectiva a superação do positivismo científico e do reprodutivismo pedagógico “aprofundando-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade” e possibilitando a reordenação do lugar e da prática extensionistas.
5. Todo o processo de gestão e avaliação da extensão precisa ser marcado pelos princípios da democracia, da horizontalidade e da transparência. Eles serão a sustentação e a garantia para aquilo que se chama de processo dialógico. Seguir tais princípios gera a perspectiva da descentralização, propiciando a participação de todos os agentes da vida universitária. Com efeito, a descentralização da gestão implicará a descentralização da tomada de decisões, da formulação e da avaliação, estimulando o envolvimento, a criatividade e o comprometimento da comunidade acadêmica. Para tanto, é fundamental que se enfatize o papel dos colegiados já existentes e que, na medida do necessário, possam ser criadas novas estruturas facilitadoras do processo, inclusive naquilo que diz respeito ao planejamento orçamentário.
6. Enfim, a gestão e a avaliação da extensão precisam ter como princípio a efetividade, considerando o real impacto que a extensão possa produzir, e a eficiência em todo o processo que as envolve. Isto significa atenção permanente em todo o seu desenvolvimento, inclusive para com aquelas atividades que servem apenas como meios para se atingir os objetivos finais predeterminados, como, por exemplo, as atividades pedagógicas e administrativas que dão suporte à ação extensionista. Abre-se, assim, a perspectiva de ampliação dos indicadores que servem como critérios para a avaliação da extensão, superando aqueles tradicionalmente considerados na relevância social, econômica e política, tais como as repercussões na pesquisa e no ensino.
7. Por todo o exposto, reafirma-se a certeza de que a extensão universitária nas IES Comunitárias cresce em importância na medida em que tende a ser parâmetro para a construção da sua identidade e definição de seu papel, superando a concepção reducionista de mera prestadora de serviços ou supletiva de políticas públicas. “Com efeito, encontramos na extensão a possibilidade de multiplicar e disseminar a vida universitária na sua forma única de lidar e operar com o conhecimento científico” (FÓRUM, 2001a), enfatizando a postura reflexiva e crítica da universidade e a inclusão da sociedade em tal processo.
8. Para uma instituição com a tradição da universidade, as mudanças são e precisam ser paulatinas. A consciência dessa verdade precisa ser, contudo, proporcional àquela que indica a necessidade de mudanças. Neste caso, mudanças necessárias para que se continue sob os mesmos princípios, inspirados pela mesma esperança de todos aqueles que sonham com a superação da contradição entre carências e privilégios em nossa sociedade. O ponto de partida desta caminhada é aquilo que marca a identidade de toda e qualquer instituição: o diálogo. Esta é a proposta e o convite, a exortação e a provocação que se espera ter materializado nesta Carta do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Plano Nacional de Educação. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/acs/ftp/pne.doc>>. Acesso em 27 jul 2002.
 2. FORGRADE. Resgatando espaços e construindo idéias: forGRAD 1997 a 2002. Niterói: EDUFF, 2002.
 3. FÓRUM Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. A extensão e ação comunitária: contribuição das universidades e IES comunitárias para um Plano Nacional de Extensão. Recife, 2001a.
 4. _____. Estatuto. Recife, 2001b.
 5. _____. Gestão da extensão e da ação comunitária. Recife, 2001c.
 6. INEP. Avaliação institucional para o credenciamento de Centros Universitários e condições de ensino. 2002.
 7. RENEX. Avaliação da extensão universitária – pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos. 2000a.
 8. _____. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000b
- MINUTA AGENDA NACIONAL - GESTÃO 2002-2003
(A SER APROVADA PELA COORDENAÇÃO NACIONAL)

DE BRASÍLIA

CONTRIBUIÇÃO DO FÓRUM PARA O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

APRESENTAÇÃO

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, fundado em 1999, conta hoje com 51 instituições filiadas e objetiva analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à extensão e à ação comunitária de interesse de seus membros e, ainda, buscar o entendimento com os órgãos governamentais e instituições da sociedade e com organismos de representação universitária.

Considerando tais objetivos, o momento especial pelo qual passa o ensino superior no país e, principalmente, a importância e necessidade que ganha a extensão universitária em nosso quadro social e educacional, as instituições filiadas ao Fórum vêm contribuir com a elaboração de Políticas Públicas no campo da avaliação institucional. Para tanto, vêm, através do presente documento, propor princípios, diretrizes e dimensões a serem consideradas no processo de avaliação que ora se gesta em nível nacional.

Fundamentado no diálogo, marca específica de sua identidade e missão, o Fórum espera que suas propostas possam colaborar de maneira efetiva na construção desse novo tempo que se abre para o Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos oito anos, no Brasil, as Políticas Públicas para o ensino superior conseguiram formalizar a avaliação institucional, transformando-a, através de diversos dispositivos legais, num poderoso instrumento de regulação. Justamente por essa razão, vem se alcançando uma efetividade inédita nos processos de avaliação. Com efeito, nas IES, desde as Coordenações de Cursos até a mais alta direção acadêmica, tem se considerado os resultados do Exame Nacional de Cursos e os relatórios das visitas in loco das Comissões de Avaliação como parâmetros de grande importância em suas decisões e procedimentos administrativos.

A universidade vem sofrendo, há muito, duras críticas pelo seu fechamento à sociedade, sendo comparada inúmeras vezes a uma “torre de marfim”. Nesse sentido, a avaliação instaurada pelo Estado pode muito bem vir a ser um canal para que suas virtudes e defeitos possam ser reconhecidos, como, também, pode provocar uma visão deturpada do que sejam sua identidade e seu papel.

Uma avaliação concentrada em dados quantitativos, ou apenas nos resultados produzidos pelas instituições, em detrimento dos processos pelos quais tais resultados são elaborados, pode se tornar um instrumento de condenação ou absolvição perante a opinião pública, perdendo o que há de mais importante nas avaliações: a possibilidade de melhorar o que se faz, de superar as dificuldades e identificar os principais desafios a serem enfrentados.

A avaliação exige atitudes e dispositivos que possam enfrentar a complexa realidade acadêmica, sob pena de incorrer na simplificação da realidade. É o que acontece, muitas vezes, com os pressupostos epistemológicos e axiomáticos dos procedimentos metodológicos e instrumentos a serem aplicados para a coleta de dados. Há, realmente, o perigo de, ao se perguntar por atividades ou infra-estruturas existentes nas instituições, perder-se de vista os conceitos, paradigmas e valores que subjazem tais perguntas.

Os processos avaliativos da década de 90 indicam que a condição fundamental para o seu sucesso continua sendo o diálogo e a participação efetiva das instituições a serem avaliadas. Nesse sentido, o **Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias reivindica sua participação na revisão dos processos de avaliação do MEC, pois se compreende que o diálogo é fundamental para a concepção, gestão e avaliação da extensão.** Interessa-nos, em especial, aqueles diretamente vinculados à extensão acadêmica. Tal interesse, contudo, não deve ser interpretado como iniciativa corporativista, pois sabemos que nem a extensão pode ser vista desvinculada das outras dimensões acadêmicas, nem a avaliação pode ser mecanicamente setorizada.

O presente documento propõe o diálogo e o processo participativo nas decisões, visando ao aperfeiçoamento de ensino superior. Para tanto, apresentam-se princípios, diretrizes e dimensões que colaborem para a efetivação de uma política de avaliação da universidade brasileira.

PRINCÍPIOS

O quadro que se vem configurando nos últimos anos mostra que o ensino superior no Brasil constitui-se por uma diversidade de modelos: faculdades isoladas, institutos superiores, centros universitários e universidades, com personalidades jurídicas diferenciadas.

Apesar dessa diversidade de modelos do ensino superior, é importante considerar os princípios fundamentais e comuns que devem conduzir a avaliação da extensão universitária. Nesse sentido, considera-se que:

2.1 A Universidade é espaço privilegiado de produção de conhecimento historicamente construído e de formação integral continuada. O conhecimento, portanto, será resultado de comunicação dialógica baseada em critérios de horizontes mais amplos do que os imediatos e conjunturais e cujo definidor fundamental é a sustentabilidade do equilíbrio social e planetário. Por outro lado, nesse sentido, a formação deve ser efetivada com amplitude maior que a da profissionalização em caráter restrito para transformar-se num horizonte mais amplo, no qual seja o equilíbrio social e planetário seu maior definidor. Ao lado de um saber-fazer no sentido de controle da técnica, é preciso que se possibilite aos discentes um saber-saber, no sentido da construção epistemológica e um saber-ser no sentido da construção ética. Para tanto, se faz necessária uma formação baseada num aprendizado de conceitos, mas também de procedimentos e de atitudes.

2.2 A universidade constrói suas relações com o contexto social, a partir das suas características e da sua identidade. É preciso que ela tenha autonomia, isto é, tenha condições de

definir sua lógica e dinâmica administrativo-organizacional, científica e pedagógica. A interlocução com a sociedade, de forma autônoma, torna-se assim um demarcador da extensão. Esta, por sua vez, compreendida, em sua acepção mais geral, como prática acadêmica de interlocução com a sociedade pelas ligações orgânicas entre ambas, poderá ser na forma de prestação de serviços ou na construção conjunta do conhecimento, por meio do oferecimento de formação para o público em geral ou de seu engajamento crítico nas lutas sociais. Importa que, em todo ou qualquer caso pelo qual se apresente a extensão, haja uma relação direta com a pesquisa e o ensino, produzindo impactos e alcançando efetividade. Esta é sua característica fundamental: para além de um setor ou uma atividade institucionalizada, a extensão constitui-se como dimensão necessária da própria pesquisa e do ensino, de maneira que não se possa pensar em ambos sem uma estreita interlocução com a sociedade.

2.3 A avaliação como parte fundamental do processo de gestão universitária. Considera-se primordial reafirmar o princípio da ligação fundamental entre gestão e avaliação. Isto significa que uma avaliação é, necessariamente, um processo de afirmação e/ou redirecionamento de rumos de um processo gestor que, por sua vez, corresponde às utopias e necessidades, planejadas segundo a realidade de recursos e prazos. Desse modo, qualquer processo de avaliação a ser implantado num determinado setor precisa não apenas corresponder, mas integrar um projeto mais amplo. No caso do Ensino Superior, é decisivo que, além de uma política de avaliação, tenhamos uma política propositiva de gestão. No caso da extensão, é imprescindível que possamos construir, de maneira participativa e com respeito à diversidade do sistema, uma política nacional de extensão.

DIRETRIZES

Integrada ao processo de gestão acadêmica, a política de avaliação da universidade, no âmbito geral, e da extensão, em especial, precisa pautar-se em diretrizes. Considere-se, portanto, que:

3.1 A avaliação é, fundamentalmente, um exercício crítico de autoconhecimento em busca da melhoria dos processos pelos quais a universidade se realiza. Ela precisa se deter tanto nos processos quanto nos seus resultados, retroalimentando-os com dados que melhorem seu desenvolvimento, confirmando ou propondo revisão de pressupostos e procedimentos. Tal princípio busca eximir o processo avaliativo de qualquer fixação excessiva nos resultados, como parâmetro único, ou de qualquer caráter premiador/punitivo.

3.2 A avaliação precisa ter como condição necessária à sua implementação a participação efetiva da comunidade universitária, o que não exclui a participação de sujeitos externos. Esta continua sendo necessária, porém como ação complementar àquela própria da comunidade acadêmica. Assim, o processo será encarado como busca de melhoria da instituição e não corre o perigo de ser visto como uma ação externa que, quase como uma coerção, tenta moldar a instituição a metas que não correspondem à sua identidade e missão. Ademais, tendo a participação da própria comunidade no processo, haverá mais segurança naquilo que diz respeito à identidade institucional, respeitando-se a diversidade de natureza administrativa, a história, o contexto, a estrutura, enfim tudo que possa ser considerado como singular de cada instituição, evitando o caráter isomórfico que, em geral, os processos sistêmicos tendem a imprimir.

3.3 É preciso que a avaliação seja global, isto é, não pode se deter em determinados aspectos da instituição, tendendo a parciais. Uma avaliação global deve considerar não apenas setores, mas todos os setores e as relações que possuem entre si; não deve se deter num determinado aspecto da vida acadêmica, mas procura vê-la em seu conjunto, como sistema complexo que ela é, existente segundo uma rede de relações e não como órgãos ou departamentos estanques. Para enfrentar tal complexidade, o processo avaliativo precisa considerar os dados de natureza qualitativa, não se limitando à quantificação. Tal opção implica em se construir um processo avaliativo que tenha flexibilidade suficiente para se adaptar às diversas realidades institucionais

3.4 É preciso considerar a contemporaneidade e a pluralidade dos referenciais teóricos, dos instrumentos de coletas e das matrizes interpretativas de dados, como componentes próprios da construção do conhecimento. Neste aspecto, não podemos esquecer que o modo próprio de se construir conhecimento no mundo contemporâneo já não encontra tanto consenso como décadas atrás. Com efeito, a construção do conhecimento, também no campo da avaliação, enfrenta uma crise paradigmática. Assim sendo, a avaliação institucional precisa respeitar a pluralidade teórica e, principalmente, fundamentar-se numa racionalidade socio-histórica, estimuladora da criatividade e dos processos voltados para exigências futuras.

DIMENSÕES

A elaboração de instrumentos e a capacitação técnica para a avaliação in loco buscarão a materialização dos princípios e diretrizes apresentados em procedimentos metodológicos. Estes procedimentos deverão considerar as seguintes dimensões:

1.1 Produção de conhecimento – identificar a efetividade das atividades nomeadas ou incluídas na extensão no que se refere à produção de conhecimento: a) em que medida as atividades de extensão repercutem nas opções da pesquisa, seja em termos de objetos, seja em termos epistemológicos; b) como uma atividade extensionista contribui para a interdisciplinaridade; e, c) como a extensão repercute na relação entre o saber científico e o senso comum.

1.2 Formação integral – da mesma forma que se pergunta sobre as relações com a produção do conhecimento, pergunta-se sobre o processo formativo. Assim é que, ao se buscar os dados acerca da extensão, é de fundamental importância que se procure saber como, quando e o quanto ela consegue integrar o processo formativo. Em que medida, por exemplo, uma atividade extensionista consegue influenciar a inovação curricular ou como essa inovação trata a extensão; ou ainda, em que medida se considera a extensão na relação entre teoria e prática na formação dos discentes.

1.3 Relevância social – é consenso que, ao se avaliar aspectos ligados à extensão, se busquem indicativos acerca da relevância social, isto é, dos impactos e/ou mudanças que as ações extensionistas alcançam no enfrentamento dos problemas sociais. Destaca-se que tais avaliações não podem ficar restritas a dados quantitativos, é fundamental que se possa chegar a um conhecimento do alcance dessas ações, como instrumentos para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos, próprios do meio para o qual elas se dirigem.

1.4 Identidade institucional – em função da globalidade que os processos de avaliação precisam ter, faz-se necessário que se confira a efetividade das ações da extensão junto à instituição como um todo. Claro está que ela possui um alcance junto à produção de conhecimento, à formação e ao meio em que se insere, e por ele, a extensão tende a tornar-se um parâmetro de relevância institucional. Não obstante, há que se ir além. É preciso que se possa aferir qual a repercussão das relações extensionistas na identidade e missão da universidade, na sua organização e na sua gestão. É importante que o processo avaliativo consiga captar até que ponto a universidade constrói suas parcerias técnicas e políticas referenciadas pela extensão, ou de que maneira esta consegue influenciar na disponibilidade dos bens materiais e culturais para a sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias reafirma, assim, a importância da construção de políticas públicas, de modo particular, naquilo que se refere ao processo de avaliação da extensão. Esta construção será mais significativa na medida em que os diversos atores sociais estiverem sendo envolvidos e suas contribuições contempladas. É com esse desejo que o Fórum se coloca como parceiro qualificado na elaboração de uma política nacional de avaliação da extensão.

Brasília, 15 de maio de 2003

CARTA DE CAMPINAS

UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL:

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt tem como objetivo *analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à Extensão e à Ação Comunitária de interesse de seus membros* (Estatuto do ForExt, Art. 4. Inciso 1).

Em seu XI Encontro e VI Assembléia, realizados em Campinas, entre 27 e 29 de outubro de 2004, o Fórum teve como tema central *Universidade e Compromisso Social: a Contribuição da Extensão*.

Como fruto do debate, no qual procuramos destacar desafios e elaborar sugestões sobre o tema, apresentamos nossas conclusões na forma desta Carta. Com isso queremos, fundamentalmente, provocar o diálogo com nossos pares da gestão acadêmica, em torno do compromisso social das universidades e das Instituições de Ensino Superior - IES Comunitárias.

Partimos do pressuposto de que o tema do compromisso social é central para a natureza e identidade das universidades e das IES Comunitárias, constituindo-se em valor identitário e determinando sua própria existência.

I. O CONTEXTO SÓCIOPOLÍTICO E A DEFINIÇÃO DE COMPROMISSO SOCIAL

O quadro social e econômico em que vivemos apresenta, de maneira explícita e direta, as conseqüências da desigualdade, com exemplos de extremos privilégios para uns e extremas carências para outros.

O contexto político mundial e nacional, por sua vez, apresenta tendências marcantes relacionadas ao nosso tema, dentre as quais se destacam:

- a) Redução do papel do Estado, principalmente enquanto provedor das ações que buscam atender os direitos sociais como a saúde, a moradia a educação e o aumento de seu papel como regulador social;
- b) Crescente participação da sociedade civil no processo de atendimento aos problemas sociais, assumida, principalmente, na forma da responsabilidade social;
- c) Processo de reformas contínuas no aparelho de Estado, com destaque para a Reforma da Educação Superior.

Diante de tais tendências, nós, do ForExt, acreditamos que as IES Comunitárias precisam

estar cada vez mais sensíveis aos problemas sociais, assumindo, inclusive de maneira institucionalizada em seus marcos legais, o compromisso com a resolução dos graves problemas sociais. Todavia, como Instituição de Educação Superior responsável por uma função constitucional de natureza pública, é importante ressaltar que tal sensibilidade e compromisso não podem se confundir nem com tentativas de substituição do papel do Estado nem com a subtração de legitimidade dos direitos sociais. Acreditamos que as IES Comunitárias possuem um importante papel para a reversão desse quadro, na medida em que o conhecimento por elas produzido, os profissionais que nelas atuam e as pessoas por elas formadas ocupam e ocuparão lugares estratégicos na organização política e econômica da sociedade.

Com efeito, ainda não há clareza nas discussões em torno da expressão *responsabilidade social*, podendo-se até notar, subjacente a algumas declarações acerca do tema, certo grau de assistencialismo e dirigismo. Essas e outras razões levam-nos a optar pela terminologia do “compromisso social”. Acreditamos que tal concepção se mostra mais adequada para o perfil de uma Instituição de Educação Superior, pois engloba uma dinâmica de proximidade na qual se procura manter o respeito pelo outro como cidadão detentor de direitos sociais e não como carente ao qual se prestam favores. Ademais, a ação regida pelo compromisso social traz a consciência de que o Estado é o principal responsável pela governança da sociedade, a ele cabendo, portanto, oferecer, por meio das políticas públicas adequadas, as respostas globais às demandas da sociedade civil. Assim sendo, as IES Comunitárias apresentam-se como parceiras e críticas do Estado, seja em relação à sua constituição, seja em relação à implementação de tais políticas.

II. O COMPROMISSO SOCIAL E A IDENTIDADE ACADÊMICA

O compromisso social das Universidades e IES Comunitárias materializa-se em sua identidade acadêmica, por meio dos aspectos institucional e comunitário e da própria Extensão.

O aspecto institucional do compromisso social. O marco legal da educação brasileira apresenta como objetivo fundamental a formação integral do educando, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que aponta para seu pleno desenvolvimento, pela capacitação para o trabalho e pelo exercício da cidadania. Por sua vez, a educação superior vai além, tendo como objetivo a produção do conhecimento, conhecimento este que, para nós do ForExt, precisa ser **historicamente construído (...)**, *resultado de comunicação dialógica baseada em critérios de horizontes mais amplos do que os imediatos e conjunturais e cujo definidor fundamental é a sustentabilidade do equilíbrio social e planetário* (Carta de Brasília).

Assim, o compromisso social das IES Comunitárias apresenta-se não como uma opção a ser feita por elas, mas como marco identitário das mesmas, manifestando-se na sua vocação para a produção de conhecimento, formação pessoal e transformação social. Nesse sentido, é importante ressaltar que tal compromisso pressupõe a autonomia universitária, sem a qual a dimensão crítica do conhecimento e da formação tende a se perder.

Estabelece-se então, segundo Síveres (2004) a necessidade indiscutível da institucionalização da Extensão que, como prática de interlocução com a sociedade, se fortalece por meio dos talentos que estão no interior da instituição, bem como com as potencialidades que estão fora dela. Essa sinergia, entre interno e externo, entre formação e transformação, constrói-se tanto pela articulação com o processo de aprendizagem, a partir da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto pela definição de agendas de estudo em torno dessas atividades-fim, que dialogam com as demandas econômicas e necessidades sociais e com o papel estratégico da universidade para o desenvolvimento do País.

O aspecto comunitário do compromisso social. O estatuto comunitário de nossas IES revela, em sua dimensão ética, a opção por princípios de ordem político-filosófico, epistemológico e operacional. Do ponto de vista político-filosófico significa que nós acreditamos nas relações horizontais entre pessoas que, mesmo não prescindindo do Estado para sua organização, sentem-se no direito e no dever de estabelecer entre si o diálogo e a colaboração em prol da *coisa-pública*. É a opção consciente pelo conjunto social em detrimento das partes individuais: a construção do coletivo, de maneira co-responsável nos fará avançar em direção a um mundo melhor. Do ponto de vista epistemológico, implica a produção do conhecimento de modo participativo que, respeitando as opções individuais, procura estar em perfeita sintonia com a realidade social, constituindo-se como valor primordial da sociedade e não como mercadoria passível de trocas segundo os interesses econômicos. Enfim, do ponto de vista operacional implica o compromisso de uma gestão que respeita e estimula a participação da comunidade interna, na certeza de que a efetivação do princípio político-filosófico na relação *ad-extra* exige sua efetivação *ad-intra*.

O compromisso social e a contribuição da extensão. Segundo Freire, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (1979, p.16). Essa condição é assumida pelo ForExt em sua compreensão de Extensão universitária: ela é, como indica Síveres (2004) processo educativo (*Paidéia*) e prática social (*Politéia*). Significa dizer que a Extensão é fator determinante para a integração entre o ato educativo e a *práxis* social, a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios e a interação entre o questionamento ético e o engajamento político.

Diante dessa configuração, a Extensão é mediação para o encontro da instituição universitária comunitária com uma multiplicidade de sujeitos sociais, levando-a também a defrontar-se com uma complexidade de situações culturais. Tais pressupostos a levam a ter no compromisso social sua condição necessária, sem a qual sua própria existência autêntica torna-se ameaçada; Como falar sobre Extensão ou praticá-la sem a devida sensibilidade para com as questões sociais. Como estabelecer uma interlocução orgânica com a sociedade, isto é, uma interlocução cujas conseqüências se façam sentir na pesquisa, no ensino e na gestão universitária, se não houver como pressuposto um compromisso efetivo com as questões sociais?

As respostas a essas perguntas não são fáceis nem estão de todo prontas. O que apresentamos a seguir são tentativas de construção, caminhos que podemos seguir em busca das soluções mais adequadas.

O COMPROMISSO SOCIAL: SUGESTÃO DE AÇÕES

O compromisso social das IES Comunitárias efetivar-se-á na medida em que se conseguir:

- Estabelecer relações diretas entre o processo educativo e as práticas sociais, dimensões que marcam o projeto educacional da instituição. Para tanto, é preciso que sintonizemos por meio da Extensão as necessidades pedagógicas dos alunos e as questões sociais, procurando articular teoria e prática. Tal sintonia exigirá de nós uma prática reflexiva da inter e da multidisciplinaridade, possibilitando-nos uma formação cidadã, coerente com a perspectiva epistemológica do aprender multidimensional. Nesse sentido, será fundamental que se possa inserir a Extensão na própria matriz curricular dos cursos.
- Propiciar, na formação docente, uma melhor compreensão sobre o princípio da indissociabilidade, destacando o papel da Extensão como referencial ético e metodológico, tanto no processo formativo do educador como do educando, quanto no processo de produção de conhecimentos.
- Possibilitar o diálogo entre as diversas ordens de conhecimento no próprio âmbito acadêmico, explicitando, por exemplo, o acolhimento ao senso comum e à arte. Sem essa postura, dificilmente conseguiremos cultivar a sensibilidade para questões sociais e, conseqüentemente, cultivar o próprio compromisso social.
- Explicitar nos documentos fundantes da Instituição e em sua prática uma compreensão que sistematize suas diversas modalidades e, ao mesmo tempo, seja capaz de fazê-la avançar e distingui-la tanto da filantropia quanto da simples prestação de serviços.
- Delimitar focos estratégicos no planejamento, na gestão e avaliação nos quais se privilegie a realidade regional.
- Garantir dotação orçamentária institucional e captação de recursos.
- Estabelecer parâmetros para a avaliação dos impactos sociais.
- Ter na dinâmica organizacional das instituições a devida definição das atividades de Extensão, valorizando e legitimando seus profissionais e incluindo-a como marco referencial para o processo avaliativo institucional.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que temos consciência do potencial da instituição universitária, somos sabedores do quanto ela foi e é fiel à sua função crítica, criativa e comprometida, contribuiu e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento da sociedade. Foi criada e se fortalece, na medida em que participa de alguns processos de transformação histórica.

Vivemos momentos de crise: os modelos que temos quase sempre não são suficientes para enfrentar os desafios de nossa época; os que precisamos para enfrentá-los ainda estão por serem construídos. E isso é oportuno porque nos dá a possibilidade de participarmos ativa e criativamente. É preciso, por exemplo, que colaboremos para a afirmação dos direitos sociais; para um redimensionamento coerente do Estado, sem o pressuposto de sua redução incondicional como forma de alargar os espaços do Mercado e, para enfim, fortalecer a sociedade civil, fazendo-a mais participe no processo político, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Essa talvez seja a razão e a motivação que podem servir como corolário para o projeto e a execução do compromisso social de nossas instituições. Nós, do ForExt, queremos ser participantes ativos. Para isso, oferecemos nossas idéias e convidamos a todos da comunidade acadêmica e da sociedade para o diálogo.

CAMPINAS (SP), OUTUBRO DE 2004.

IV. BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ForExt. Carta de Florianópolis. Florianópolis, 2002.

_____. Carta de Brasília. Brasília, 2004.

SÍVERES, Luiz. A universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão. 2004 (fotocopiado).

CARTA DE PASSO FUNDO

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt, apoiado pela Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas – ABESC, Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC e Associação Brasileira de Instituições

Educacionais Evangélicas – ABIEE, em seu XII Encontro e VII Assembléia refletiu e debateu o tema da Institucionalização da Extensão, visando oferecer às Universidades e IES Comunitárias referenciais teóricos e metodológicos capazes de subsidiar a reflexão e a prática extensionista.

O debate sobre a Institucionalização da Extensão está diretamente vinculado ao contexto da Educação Superior, marcado especialmente pelo processo de “Reforma Universitária”, pela implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e pelo lançamento de políticas afirmativas de inclusão social. Esse cenário possibilita às Universidades e IES o compromisso de contribuir de forma decisiva para um novo projeto de desenvolvimento nacional, pautado por um crescimento sustentável, equidade e justiça social.

Nesse sentido, o ForExt, ao mesmo tempo em que subsidia as Universidades e IES Comunitárias no desenvolvimento da Extensão, tem procurado contribuir na formulação das Políticas Públicas da Educação Superior, acreditando no compromisso para com os processos democráticos de construção das mesmas.

A crise política instalada no cenário brasileiro é desapontadora. Entretanto, não leva à desmotivação ou à desilusão. Em respeito à história e às posturas assumidas frente aos diversos interlocutores, o ForExt acredita na resolução desta crise por meio da consolidação de compromissos que se desenvolvam de forma democrática e dialógica para a construção de um projeto de País.

O momento atual, na verdade, requer a busca de superação das contradições postas no contexto social e político. O ForExt reafirma, por isso, a necessidade de posturas éticas, democráticas, transparentes e integralizadoras nos processos de formulação das políticas educacionais, tendo em vista a promoção humana e a construção do bem comum, numa sociedade em constante transformação.

Passo Fundo (RS), 26 de agosto de 2005.

O FOREXT: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Alcivam Paulo Oliveira¹

Nos últimos anos, a Extensão Universitária tem experimentado, em comparação com épocas anteriores (GURGEL, 2001), avanços antes nunca vistos no cenário acadêmico brasileiro, conseguindo, inclusive, ser referencial obrigatório

¹ Assessor Executivo da Presidência do ForExt.

para o planejamento e a gestão acadêmica, como bem indicam o SINAES e o Projeto da Reforma Universitária¹. Como acontecimentos que se influenciam mutuamente, esse período coincide com o surgimento e consolidação do ForExt.

O ForExt tem suas origens nos Encontros dos Pró-reitores de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Católicas, promovidos pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas – ABESC.

O primeiro deles ocorreu ainda em 1983, no contexto de discussão sobre a identidade da Universidade Católica, um evento marcado pela troca de experiências e por uma constatação: o conceito de ação comunitária apresentava-se mais como um problema que como um consenso (COUTINHO, 2002). A iniciativa, contudo, não teve continuidade, havendo um grande hiato até sua retomada em 1995.

Esse hiato indica que, em 1995, começa uma nova fase de trabalho do setor da ação comunitária na ABESC. É um momento em que a ABESC mobiliza os diversos setores das suas Instituições, promovendo Encontros de homólogos nas áreas de Pastoral, Teologia, e Administração (OLIVEIRA, 2002). No caso específico da Ação Comunitária, o I Encontro dessa segunda fase ocorre em 1995, em Campinas, seguido pelo II, em 1996, em Salvador, o III também em 1996, no Recife, o IV em 1997, em Petrópolis e o V em 1998, em Porto Alegre. Nesse último, começa a ampliação da participação, estendendo-se o convite para os gestores da Extensão e da ação comunitária das Universidades e IES Comunitárias laicas e confessionais de outras Igrejas, propondo-se, objetivamente, a criação de um Fórum de Extensão das IES Católicas e Comunitárias Brasileiras. Para tanto, nomeia-se uma Comissão com o objetivo de realizar a primeira Assembléia do Fórum, marcada para março de 1999.

Ao lado desse avanço da ABESC e de seu setor comunitário, é preciso considerar o avanço da articulação das universidades e IES Comunitárias. Surgida em 1995, a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - ABRUC vem para preencher um vazio que emerge dos embates de interesses em torno da

¹ No caso do SINAES, a Extensão aparece como critério a ser avaliado com peso relevante no PDI e no PPP da Instituição. No caso da Reforma Universitária, a reação do CONSU da UNICAMP, no documento aprovado em sua reunião de 6 de setembro de 2005, nos parece bastante ilustrativa, ao declarar que um dos equívocos do texto é justamente continuar *superdimensionando o aspecto extensionista da Universidade*. O texto está disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2005/ju301pag03.html e foi consultado em setembro de 2005.

Constituição Federal de 1988. Com efeito, naquela oportunidade, houve uma reconfiguração dos atores que compõem o cenário da educação superior no Brasil, iniciando-se a superação da bipolarização entre público e privado, ao se reconhecer a existência de um terceiro pólo: o público de caráter não estatal, ou comunitário (BUFFA, 2005).

Assim, a ampliação do espaço da ação comunitária da ABESC se dá como seguimento natural à convergência das Universidades e IES Comunitárias em torno da ABRUC, ainda que o Fórum de Extensão e Ação Comunitária tenha emergido sem uma vinculação formal com a mesma¹.

Essa tripolarização fica clara no âmbito da Extensão, durante o evento que deveria fundar formalmente o Fórum de Extensão, em março de 1998, em Curitiba. Naquela oportunidade, as discussões se afunilaram na intervenção do representante da SESU/MEC, que sinalizava claramente a possibilidade de as Universidades e IES Comunitárias participarem da construção do Plano Nacional de Extensão (COUTINHO, 2002). Segundo Jorge Hamilton – ex-presidente do ForExt e protagonista de sua fundação - havia certa clareza em torno de dois aspectos. Primeiro, uma intenção clara das Universidades e IES Comunitárias de se tornarem protagonistas no cenário da Extensão Universitária nacional; segundo, a certeza de que o Fórum de Extensão das IES Estatais não as acolheria em seu interior².

É nesse contexto que as Universidades e IES Comunitárias chegam ao VI Encontro de Extensão e Ação Comunitária em Goiânia, em outubro de 1999. Estavam dadas, portanto, as condições para a fundação do Fórum e assim aconteceu. O **Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias** foi oficialmente criado, com a aprovação de seus estatutos e a publicação da Carta de Goiânia, na qual se reafirma a forte vinculação entre a Extensão e a identidade comunitária de suas Instituições e se declaram seus princípios.

A partir daí, o trabalho do Fórum passa a centrar-se na concepção, gestão,

¹ Daí que o Fórum tenha como filiadas não apenas Universidades e Centros Universitários, como a ABRUC, mas também faculdades isoladas.

² Segundo entrevista realizada por Alcivam Paulo de Oliveira, em agosto de 2005, na cidade de Passo Fundo – RS, como material para sua Tese de Doutorado, em elaboração.

planejamento e avaliação da Extensão, tendo como horizonte o Plano Nacional de Extensão, horizonte este que revela o cenário de busca de diálogo com o Fórum de Extensão das IES estatais e com o próprio Estado, na figura do MEC. É isso que vão revelar os documentos das Assembléias de Pelotas e do Recife, respectivamente em 2000 e 2001. Nesta última Assembléia, é explicitada enfaticamente a consciência da diversidade entre as filiadas do Fórum, no tocante à realidade particular de cada Instituição, inclusive em relação à Extensão. O documento do Recife, em especial, reflete esse fato, como que traduzindo uma certa impossibilidade de consensos e uniformidades em torno da concepção e gestão da Extensão.

Nas Assembléias de Florianópolis, em 2002, e de Brasília, em 2003, o Fórum sente as mudanças na conjuntura política, em especial, no âmbito da educação Superior. A Coordenação Nacional muda a estratégia de trabalho, buscando outros interlocutores, como por exemplo os Fóruns de Graduação e de Pesquisa das Universidades brasileiras, propondo a ampliação dos envolvidos nas discussões acerca da Extensão.

A Carta de Florianópolis, por exemplo, elaborada com uma metodologia diferente dos documentos anteriores, será aprovada por unanimidade e apresentará a gestão e o planejamento da Extensão como temas de responsabilidade de todos os setores da Instituição Acadêmica e não apenas da Pró-Reitoria ou Coordenação de Extensão. O texto traz para a mesa de discussão uma compreensão da Extensão que procura superar sua emblemática setorização. Passa a compreendê-la não apenas como atividade de um setor da academia, mas como componente necessário e determinante para a pesquisa e para o ensino, tanto em sua dimensão ética, quanto em sua dimensão metodológica.

Por sua vez, a V Assembléia do Fórum, sediada pela Universidade Católica de Brasília, em outubro de 2003, acontecerá tendo como horizonte a construção do SINAES, de maneira que a Carta de Brasília se debruçará sobre o tema da avaliação da Extensão, oferecendo uma colaboração que, aos olhos do próprio Fórum, será quase que totalmente acatada pelo MEC na elaboração da versão final do SINAES. Uma nota válida de registro é que, nessa Assembléia, o Fórum ganha a sigla de ForExt.

Na VI Assembléia, em outubro de 2004, sediada pela PUC-Campinas, o tema da Extensão amplia-se mais ainda, adentrando na questão do compromisso social da Universidade. Nesse caso, as discussões vão ganhando forma por sobre a resignificação do termo responsabilidade social. Com efeito, esse foi um dos pontos mais enfáticos da discussão, cuja reflexão subjacente indica a consciência de que as demandas e necessidades sociais são de responsabilidade primária do Estado, na qualidade de síntese institucional das iniciativas da própria sociedade para dar as respostas mais adequadas aos seus problemas, ou seja, não se pode confundir o compromisso social que toda organização e instituição precisa considerar, como qualquer tipo de substituição ao papel do Estado. É esse o eixo da reflexão proposta na Carta de Campinas.

Finalmente, chegamos à VII Assembléia do ForExt, sediada pela Universidade de Passo Fundo, em agosto de 2005. Ao longo dos dez meses que a separaram da Assembléia de Campinas, a Coordenação Nacional, atendendo à solicitação das filiadas e com o apoio integral da ABESC, ABRUC e Associação Brasileira de Instituições Educacionais evangélicas - ABIEE, optou por elaborar um documento mais completo sobre a Extensão, ao modo de síntese dos consensos alcançados em sete anos de caminhada.

O fato é que, após sete Assembléias e outros tantos eventos nacionais e regionais, e após a elaboração de textos mais sintéticos, o ForExt sentiu-se com maturidade suficiente para apresentar um texto mais amplo e mais profundo sobre a Extensão, sua concepção e sua gestão, a partir da realidade própria das Universidades e IES Comunitárias. E essa maturidade coincidiu com a necessidade que os gestores da Extensão em sua filiadas apresentavam: precisavam de um texto que pudesse subsidiar de maneira mais direta, a gestão da Extensão.

Seguindo uma metodologia que já havia dado certo na Carta de Campinas e na Carta de Brasília, a Coordenação Nacional nomeou uma Comissão que, partindo da produção existente no ForExt, da realidade de cada uma das filiadas e do cenário atual da Extensão no quadro da Educação Superior no Brasil, elaborou a primeira versão do texto, remeteu em seguida para as filiadas, sistematizou as contribuições que delas vieram, para depois apresentá-lo na Assembléia de Passo Fundo, na qual

o texto foi debatido e aprovado, com as devidas correções.

Eis porque o texto que conforma a motivação e o centro desta publicação pode ser compreendido não apenas como mais um texto sobre o assunto, mas como síntese de um processo, que envolve realidades diversas, necessidades, demandas e desejos distintos e um objetivo comum: possibilitar aos gestores das Instituições filiadas ao ForExt o acompanhamento das atuais mudanças na Extensão no Brasil e, simultaneamente, provocar para que ela continue avançando.

Essa, aliás, é a primeira chave de leitura para o texto do capítulo seguinte: lê-lo a partir do movimento, ou seja, lê-lo consciente que seu caráter de fundamentação e, portanto, permanência é equivalente ao seu caráter de análise conjuntural e, portanto, de provisoriedade. Com efeito, uma vez fixado, o texto se declara em permanente estado de revisão, a fim de acompanhar a dinamicidade do real, tanto em seu aspecto global da totalidade social, quanto em seu aspecto particular da Educação Superior.

Uma segunda chave de leitura é o lugar de onde provém a fala. Nesse sentido, o texto é escrito a partir da realidade de Instituições sociais, que trazem consigo a marca da ambigüidade¹ de serem públicas e, ao mesmo tempo, não serem estatais; de serem privadas e, ao mesmo tempo, não serem de interesse mercantil particular. De tal forma que as concepções e práticas presentes no texto podem ser plenamente justificadas em sua aparente contradição, apresentando a Extensão tanto como ato que tem no interesse público sua causa final, quanto ato que tem como missão a construção da identidade particular da instituição.

Finalmente, parece-nos importante enfatizar como chave de leitura, algo que já está dito no texto: sua leitura pode ser feita por capítulos, mas será sempre mais bem realizada seguindo-se a lógica da seqüência destes. Dessa forma, o texto poderá ser compreendido melhor em sua dimensão instrumental, isto é, como instrumento de trabalho, que pode oferecer um auxílio efetivo para a gestão da

¹ Essa afirmação precisa ser compreendida no sentido de que, na atual conjuntura econômica, social e política, predomina uma interpretação da relação público e privado como análoga à relação estatal – privado o que, a rigor, trata-se apenas de uma interpretação possível dessa relação. Para autores como Boaventura Sousa Santos (SANTOS, 1999) e Clauss Offe (OFFE, 1999), essa bipolarização perde sentido com a emergência de um terceiro pólo, sendo não só possível, mas também necessário, compreender-se e legitimar-se a existência de organizações que, não sendo estatais, são plenamente de interesse público, isto é, têm como causa final o interesse da coletividade em detrimento do interesse das partes.

Extensão, desde sua concepção, passando pelo seu planejamento e chegando à sua avaliação, para, em seguida, recomeçar tudo outra vez.

A elaboração do texto, ao mesmo tempo em que foi um ponto de chegada, vai se transformando também num ponto de partida. Os temas por ele abordado ensejam o início de novas discussões, ou a retomada de temas que estão, de forma latente, solicitando o seu aprofundamento das discussões. É o caso, por exemplo, da ação comunitária ou da relação entre universidade e sociedade.

No primeiro caso, o ForExt precisa enfrentar, e já o está fazendo, a discussão que apareceu no primeiro Encontro de Ação Comunitária da ABESC, em 1983, a fim de alcançar conceitos claros e práticas bem definidas, que traduzam o termo, sem o risco de polissemias. No segundo caso, a questão é complexa, tanto em nível conceitual, quanto em nível de gestão. Onde começa a Universidade e onde termina a sociedade? Como estabelecer distinções sem, com isso, impor isolamentos artificiais? Enfim, como superar os hiatos entre universidade e sociedade, sem homogeneizar realidades?

Esperamos, por fim, que a leitura do texto e seus anexos permitam avançarmos no atendimento das necessidades sociais, das demandas econômicas e dos desejos humanos, ainda que tenhamos consciência das nossas limitações quanto ao atendimento das necessidades e demandas e da impossibilidade humana de satisfazer plenamente todos os desejos.

REFERÊNCIAS

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade. In: *Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária*. Recife: FASA, 2001.

OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as Instituições da sociedade. In PERERIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, J. e SOLA, L, organizadores. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. 119-146.

SANTOS, B. Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In PERERIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, J. e SOLA, L, organizadores. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. 243 – 272.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo. *A relação Universidade – Empresa, a partir do Empreendedorismo: um estudo sobre o confronto de lógicas, no contexto de crises e reformas*. Dissertação de tese. Recife: UFPE. 2001.

COUTINHO, S. R. *A ABESC e os encontros nacionais de ação comunitária e Extensão (1983-2001)*. In Cadernos da ABESC: edição comemorativa / Universidade Católica de Brasília. Brasília: Universia, 2002.

BUFFA, E. O Público e o Privado como categoria de análise da educação. In *O Público e o Privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. LOMBARDI, J. C. , JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. (organizadores). Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, 2005.

CARTA DE BELO HORIZONTE

A COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO: desafio contemporâneo

1. O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt, em seu XIII Encontro e VIII Assembléia Nacional, realizados entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2006, pautou sua reflexão e ação em torno do tema: “*A Comunicação do Conhecimento – desafio contemporâneo*”. A partir dessa proposta, os participantes motivaram-se a dirigir uma mensagem, com o objetivo de fortalecer o diálogo entre os gestores da Extensão e a direção superior das instituições filiadas.
2. Na história da humanidade é marcante a experiência inaugural das universidades. Esse legado da Idade Média possibilitou, principalmente, a consolidação de conhecimentos filosóficos, teológicos e científicos no espaço acadêmico, contribuindo de maneira significativa com o desenvolvimento daquela (da) sociedade.
3. Desde aquele período, passaram-se séculos e a instituição de educação superior peregrinou por todos esses momentos, chegando ao contexto contemporâneo com o desafio de comunicar o conhecimento. Diante desse desafio o ForExt propõe-se a refletir e indicar caminhos para contribuir com a organização da extensão universitária e com a construção do conhecimento.
4. Para efetivar o propósito de comunicar o conhecimento é necessário revisitar alguns teóricos e algumas experiências, solidificar algumas iniciativas e conceitos, bem como apontar possibilidades e oportunidades para o mundo contemporâneo.
5. Nesse sentido, um primeiro movimento remete-se, indiscutivelmente, a Paulo Freire¹¹, quando afirma que “*a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a*

¹¹ 1 FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação de significados” (1992, pg. 69). Além dessa afirmação do sujeito aprendente, o autor introduz a temática da extensão como comunicação. Dessa forma a extensão “*é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo*” (id, pg. 67). Assim, no processo educativo, tanto a formação do aprendiz, quanto a transformação da sociedade estão interligadas para garantir a comunicação do conhecimento.

6. Um segundo movimento posicionou-se para os desafios do mundo contemporâneo, presentes, de modo especial, no ambiente acadêmico e sobre os quais a extensão tem uma responsabilidade, no sentido de compreendê-los e dar um devido encaminhamento. Para este movimento, a assembléia do ForExt entendeu ser necessário garantir um outro momento no qual os aspectos mais importantes gerados, sobretudo pela proposta governamental de reforma Universitária, fossem discutidos.
7. Esses movimentos nos impulsionam para alguns princípios e diretrizes, que foram sendo afirmados pelo ForExt, desde sua criação em 1999, e que podem sinalizar o percurso que precisamos percorrer nos próximos anos, tais como:
 - Garantir que a comunicação do conhecimento seja um elemento inerente ao processo educativo e ao projeto social, possibilitando, através do exercício da extensão como atividade acadêmica, viabilizar a articulação entre a universidade e a sociedade, compreendendo que as inter-relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos são, sempre, relações educativas, que norteiam o nosso agir no mundo e nos remetem a valores e princípios éticos que fazem emergir a consciência solidária.
 - Defender a extensão como um processo significativo de aprendizagem, fomentando a participação do maior número possível de discentes e docentes, caracterizando-a como um componente pedagógico efetivo enquanto prática orgânica do processo acadêmico, tendo como princípio a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.
 - Assegurar que a Universidade seja um tempo, espaço e processo inerentes ao desenvolvimento comunitário e social, através do diálogo entre os parceiros: comunidade, docentes e discentes. Garantir a dialogicidade entre os sujeitos envolvidos permite o movimento processual do exercício da cidadania, assegurando direitos e potencializando os valores éticos. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade (Freire, 1979, p.43), princípio básico das universidades que devem estar a serviço da comunidade, avaliando, nas práticas extensionistas, a relevância social de cada ação e o seu respectivo impacto na reorganização sócio-econômica e cultural da sociedade. O compromisso social é condição necessária à existência da universidade comunitária; sem este, a própria autenticidade da instituição se torna ameaçada (UCSal, 2005) .
8. Enfim, A Extensão deve reafirmar-se como espaço de integração dos saberes acadêmicos – geração e transmissão de conhecimento científico – com a realidade e as demandas sociais, visando à comunicação com a comunidade, de forma a contribuir para a transformação de ambas as dimensões, reforçando o caráter público e filantrópico da educação das IES comunitárias. Diante deste desafio, é preciso consolidar ainda mais a opção comunitária para além dos muros da Universidade, assegurando, assim, as ações comunitárias pela capacidade de as universidades serem indispensáveis à população, independentemente do cumprimento formal de conceitos idealistas nos espaços da sua gestão interna. As IES comunitárias, pautando-se no quadro de uma gestão colegiada e propositiva, estarão aptas a assegurar as condições materiais de existência e da realização de um novo e contemporâneo compromisso comunitário, e a extensão está pronta para assumir esta responsabilidade.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2006

3 UCSal. Doc. "Subsídios para uma política de Extensão na UCSal". No prelo.